



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
(Do Senhor Capitão Alberto Neto)

Requer do Excelentíssimo Ministro da Fazenda, Senhor Fernando Haddad, informações sobre o crescimento dos gastos com decisões judiciais de 1% para 2,5% do PIB, em pouco mais de uma década.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que seja encaminhado ao Ministro da Fazenda, Senhor Fernando Haddad, solicitação de informações sobre o crescimento dos gastos com decisões judiciais de 1% para 2,5% do PIB, em pouco mais de uma década. Diante do exposto solicito resposta para os seguintes questionamentos:

- 1) Ministro, diante do crescimento dos gastos com decisões judiciais de 1% para 2,5% do PIB em pouco mais de uma década, quais medidas concretas o governo planeja implementar para conter essa escalada?
- 2) O estudo do Insper aponta a falta de transparência nos gastos decorrentes de decisões judiciais. O governo pretende criar mecanismos específicos para tornar esses dados mais acessíveis e organizados?
- 3) Considerando que apenas 23% dos gastos com decisões judiciais são relativos a precatórios, como o ministério está monitorando e prevendo o impacto orçamentário das sentenças pagas diretamente no orçamento?



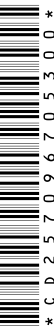


Câmara dos Deputados Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

- 4) Existe algum diálogo institucional entre o Executivo e o Judiciário para discutir o impacto fiscal das decisões judiciais e buscar alternativas que conciliem direitos individuais e responsabilidade fiscal?
- 5) O estudo menciona especificamente o BPC como um dos benefícios afetados por decisões judiciais. Após as mudanças aprovadas no Congresso em 2024, o governo tem observado alguma alteração no padrão dessas decisões?
- 6) Como o ministério avalia o papel dos tribunais superiores, especialmente o STF, na consolidação de teses que impactam significativamente as contas públicas?
- 7) Existe algum estudo em andamento no governo para identificar quais áreas específicas da administração pública são mais afetadas por decisões judiciais, permitindo assim uma atuação preventiva?
- 8) O senhor concorda com a conclusão dos pesquisadores de que há uma "perda de controle das autoridades fiscais sobre a trajetória de parte relevante da despesa pública"? Se sim, qual é a estratégia do governo para reverter essa situação?

Justificativa

Um estudo inédito conduzido por pesquisadores do Insuper revela um preocupante crescimento nos gastos públicos decorrentes de decisões judiciais no Brasil. A análise, realizada por Marcos Mendes, Cristiane Coelho, Marcos Lisboa e Leonardo Barbosa, mostra que esses gastos mais que dobraram em pouco mais de uma década, saindo de R\$ 80,3 bilhões em 2010 para R\$ 171,9 bilhões em 2022. Em 2023, com o pagamento dos precatórios represados durante o governo Bolsonaro, esse valor saltou para R\$ 279,8 bilhões.





Câmara dos Deputados Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

Em termos proporcionais, o impacto fiscal dessas decisões judiciais cresceu de 1% do PIB em 2010 para aproximadamente 2,5% atualmente, evidenciando a dimensão do problema para as contas públicas brasileiras.

Os pesquisadores apontam diversos fatores para esse fenômeno. Um deles é a postura de juízes que, em muitos casos, afastam regras estabelecidas para impor políticas públicas que consideram mais adequadas, como ocorre frequentemente na concessão dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC). Este benefício, inclusive, tem sido alvo de preocupação do Ministério da Fazenda, que propôs mudanças em suas regras no final de 2024.

Outro problema identificado é a atuação de grupos de interesse que conseguem emplacar teses contrárias à União, explorando ambiguidades legais e encontrando receptividade no Judiciário para interpretações que criam benefícios. Soma-se a isso as consequências de intervenções governamentais mal planejadas na economia, como congelamentos de preços ou interpretações criativas da legislação tributária visando aumento de arrecadação no curto prazo.

Contrariando o senso comum, os precatórios representam apenas 23% do total dos gastos analisados em 2022. Grande parte das sentenças judiciais é paga diretamente no orçamento, sem expedição de precatórios, como ocorre com frequência no pagamento de benefícios previdenciários e vantagens a servidores públicos.

O estudo também destaca a falta de transparência como um agravante da situação. Segundo os autores, não existe uma forma simples e direta de consultar em bases de dados do orçamento federal o valor das despesas originadas de ações judiciais.

A conclusão dos pesquisadores é alarmante: há uma progressiva perda de controle das autoridades fiscais sobre a trajetória de parte relevante da despesa pública, o que compromete a sustentabilidade fiscal do país a longo prazo e limita a capacidade de planejamento orçamentário do governo.





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 14 de Abril de 2024.

CAPITÃO ALBERTO NETO
DEPUTADO FEDERAL - PL/AM

